

## DIREITO CIVIL

**01.** No direito brasileiro, a repristinação da lei revogada

- (A) ocorrerá automaticamente com a revogação da lei revogadora.
- (B) é vedada expressamente pela Lei de Introdução ao Código Civil.
- (C) pode violar o direito adquirido sem que isto configure violação de texto constitucional.
- (D) poderá ocorrer por disposição expressa de outra lei.
- (E) não se sujeita às regras pertinentes à *vacatio legis*.

**02.** A respeito do contrato de fiança, leia as seguintes afirmações:

- I. Pode ser prestada pelo homem casado sob o regime da separação total de bens, independentemente da anuência do seu cônjuge.
- II. O benefício de ordem significa que o fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor.
- III. A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, salvo se reservarem o benefício da divisão.
- IV. O fiador que tiver assinado a fiança sem limitação de tempo poderá exonerar-se a qualquer momento, mediante notificação ao credor do afiançado.

Estão corretas, apenas,

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.

**03.** O mútuo é contrato

- (A) necessariamente oneroso.
- (B) real.
- (C) em que não se exige a restituição ao mutuante de coisas do mesmo gênero, qualidade e quantidade.
- (D) que tem por objetivo coisa infungível.
- (E) que não transfere domínio da coisa ao mutuário, mas somente o direito à sua fruição.

**04.** Nas obrigações sem prazo, a mora do devedor

- (A) começa desde a interpelação, notificação ou protesto.
- (B) só se inicia com a citação válida.
- (C) inicia-se sempre trinta dias depois que a obrigação for acordada.
- (D) só ocorrerá depois que as partes, de comum acordo, estabelecerem a data para o cumprimento da obrigação.
- (E) independe de qualquer manifestação do credor, podendo este, a qualquer tempo, reclamar o cumprimento da obrigação.

**05.** Os bens públicos de uso comum do povo

- (A) podem ter sua utilização remunerada.
- (B) podem ser adquiridos por usucapião pelos particulares.
- (C) podem ser livremente alienados pela entidade pública a que pertencem.
- (D) são os afetados a um serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios.
- (E) jamais compreendem as estradas onde se cobra pedágio.

**06.** Podem ser objeto de hipoteca:

- (A) somente os bens imóveis por natureza.
- (B) as estradas de ferro e os bens móveis para efeitos legais.
- (C) os navios.
- (D) os semoventes e os bens móveis por natureza.
- (E) os direitos de obrigação e o usufruto.

## DIREITO COMERCIAL

**07.** Os bancos realizam operações ativas e passivas, típicas e atípicas. No universo das operações bancárias, tem-se o Desconto Bancário, operação que comporta conceituação da seguinte forma:

- (A) operação bancária pela qual o banco compromete-se a consentir uma operação de crédito determinada, mediante cessão de títulos, no momento em que o cliente a solicita em seu benefício.
- (B) operação bancária que se caracteriza em promessa de pagamento futuro, em dinheiro, mediante entrega de duplicatas, em garantia, sem prejuízo de, entre o cliente e o banco, realizar-se alienação fiduciária de bem pertencente ao ativo de quem pretende o desconto.
- (C) operação bancária pela qual o banco entrega ao cliente determinada soma, mediante prévia garantia de títulos aceitos pelo sacado e avalizados por um dos sócios.
- (D) operação bancária, ativa, típica, de natureza contratual, por meio da qual o banco, com prévia dedução de juros, antecipa o valor de um crédito, para com terceiro, ainda não vencido, mediante cessão do próprio crédito.
- (E) operação pela qual o banco honra o contrato de conta corrente bancária, no momento em que o cheque é apresentado para pagamento, ressalvando-se a existência de provisão de fundos.

---

**08.** A ação revocatória é típica do direito falimentar e tem por objetivo restabelecer o *statu quo ante* (estado anterior), considerando-se atos jurídicos, anteriores à quebra, nos quais participaram a sociedade comerciante e terceiros. Em assim sendo,

- (A) somente o síndico está legitimado para exercer o direito de ação, tão logo assuma o compromisso e obtenha, do ex-administrador da falida, as informações do art. 34 da lei falitária.
- (B) cabe ao Curador Fiscal de Massas Falidas, titular que é da ação penal falimentar, orientar o síndico, a fim de que, durante o Inquérito Judicial, possa reunir elementos para o êxito da ação revocatória.
- (C) para a propositura da ação há que se aguardar o momento processual de possibilidade de concordata suspensiva e não somente o síndico, mas qualquer credor, subsidiariamente, poderá promover a ação renovatória, no lapso temporal, decadencial, de um ano.
- (D) a ação deverá ser promovida pelo síndico ou pela Curadoria Fiscal de Massas Falidas, no prazo de um ano, a contar da publicação dos avisos expedidos no início da fase de liquidação.
- (E) a ação renovatória é substitutiva da ação pauliana e, por essa razão exige, como pressuposto de admissibilidade do pedido, o *consilium fraudis* (ajuste de fraude), entre o representante legal da sociedade, antes da falência e terceiro.

**09.** Na falência e nos casos de liquidação extrajudicial de instituição financeira apura-se eventual responsabilidade dos ex-administradores. Tendo em conta, o procedimento pelo qual será feita a apuração de responsabilidade, tem-se que

- (A) a lei de falência, por expressa disposição legal, aplica-se subsidiariamente às liquidações extrajudiciais das instituições financeiras, no que couber, razão por que se apura a responsabilidade dos ex-administradores por meio de Inquérito Judicial.
- (B) a apuração de responsabilidade dos ex-administradores da liquidanda dependerá de relatório do liquidante, encaminhado ao Banco Central do Brasil, a fim de que se autorize a falência da sociedade e se viabilize a instauração do competente inquérito administrativo, presidido por pessoa indicada pelo Banco Central.
- (C) não somente os ex-administradores dos últimos cinco anos, mas também os membros do Conselho Fiscal anteriores à liquidação, poderão ser responsabilizados judicialmente. Para que tal ocorra, as causas da queda da sociedade deverão ser apuradas em Inquérito Administrativo instaurado no Banco Central, independentemente de requerimento.
- (D) ao assumir o cargo, o liquidante comunicará ao registro público competente e à Bolsa de Valores, imediatamente, a indisponibilidade dos bens dos ex-administradores. Concomitantemente, com base na comunicação do liquidante, o Banco Central oficiará à Procuradoria Geral da República, para a providência do inquérito competente.
- (E) uma vez que o liquidante, por expressa equiparação legal, reúne as mesmas funções do síndico na falência, cumpre a ele reunir elementos e encaminhá-los ao Ministério Público do Estado, titular que é da ação civil a ser promovida contra os ex-administradores.

---

**10.** Sob o critério da titularidade do correntista, classificam-se as modalidades de conta corrente bancária. Cada modo, compõe-se de elementos que justificam sua natureza. Posicionada a questão na forma narrada, assinale a alternativa correta.

- (A) A conta corrente bancária, na qualidade de contrato bancário, classifica-se, conforme a titularidade, em duas espécies: unipessoal e conjunta.
- (B) Na conta corrente conjunta não se coloca à disposição dos correntistas o serviço de caixa, mas tão somente os serviços de depósito de valores, os quais serão objeto de liberação por meio de ordens de pagamento.
- (C) A conta corrente bancária, de titular único, não pode ser movimentada por procuração autorizativa.
- (D) A conta corrente bancária, conforme a titularidade, classifica-se, nas espécies individual e coletiva e, nesta, tem-se as subespécies indivisível e conjunta.
- (E) A conta corrente bancária é contrato, tal qual o é a conta corrente ordinária, de modo que, relativamente a ambas, não existe diferença, quanto à titularidade.

**11.** A sociedade anônima é sociedade de capital, de modo que se relega a plano secundário a pessoa do acionista; contudo, pessoalmente, o acionista goza de proteção legal, quanto aos direitos considerados fundamentais. Considera-se fundamental, dentre outros,

- (A) o direito de discordância de certas deliberações da assembléia geral extraordinária, direito que pode levar o acionista a se retirar da sociedade com o pagamento de seus haveres na companhia.
- (B) o direito de voto, nas assembléias gerais, sob pena de, violado esse direito, enfraquecerem-se as deliberações tomadas para a gestão da sociedade.
- (C) direito de negociar o voto nas deliberações, por meio de acordo de acionistas, mesmo nos casos em que não ocorre a chamada "sindicação de ações".
- (D) direito de votar, por carta, na hipótese de residir no exterior.
- (E) direito de exercer controle externo da sociedade, no caso de não ocupar cargo na administração ou no Conselho Fiscal.

---

**12.** A assembléia geral das sociedades anônimas tem poder legal para decidir sobre todos os negócios relativos ao objeto da companhia e adotar providências que julgar conveniente para a defesa e desenvolvimento societário. Partindo-se do enunciado legal, pode-se afirmar que

- (A) a assembléia geral é soberana para tomar qualquer decisão, desde que traga resultados favoráveis ao fim econômico da companhia.
- (B) por meio da assembléia geral, os acionistas que mantêm o controle acionário de voto podem eleger o Conselho de Administração e destituí-lo no todo ou parcialmente.
- (C) dependendo da qualificação de quorum, o número legal deverá ser considerado em relação aos votantes presentes no ato da assembléia.
- (D) as deliberações da assembléia geral, relativas a alterações de preferências (ações preferenciais) não dependem de prévia aprovação ou de ratificação.
- (E) no caso de dissolução total da sociedade, todos os acionistas, com ou sem direito de voto, devem participar da assembléia geral e manifestar a vontade de extinção ou permanência em relação à parte interessada.

## **DIREITO CONSTITUCIONAL**

**13.** A suspensão de atividades e a dissolução compulsórias de uma associação privada legalmente constituída

- (A) são vedadas pela Constituição Federal.
- (B) podem ocorrer por decisão de autoridade policial.
- (C) dependem, necessariamente, de decisão judicial, ainda que liminar.
- (D) dependem, necessariamente, de decisão judicial, exigindo-se ainda o trânsito em julgado em se tratando da hipótese de dissolução.
- (E) dependem, necessariamente, de decisão judicial transitada em julgado.

---

**14.** Um brasileiro naturalizado, com 21 anos de idade, e um brasileiro nato, com 80 anos de idade, cumpridos os demais requisitos de elegibilidade,

- (A) podem eleger-se, respectivamente, Deputado Federal e Presidente da República.
- (B) podem eleger-se, respectivamente, Vice-Governador de Estado e Vereador.
- (C) podem eleger-se, respectivamente, Senador e Governador de Estado.
- (D) podem eleger-se, respectivamente, Governador de Estado e Senador.
- (E) não podem candidatar-se a cargos eletivos no Brasil.

---

**15.** No âmbito da competência legislativa concorrente, ante a ausência de lei federal sobre normas gerais, os Estados

- (A) não poderão legislar.
- (B) poderão legislar apenas sobre normas específicas.
- (C) poderão legislar apenas sobre normas gerais.
- (D) exercerão competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades.
- (E) poderão editar decretos normativos autônomos.

16. É competente para proferir a decisão final no julgamento do Presidente da República por crime de responsabilidade

- (A) o Congresso Nacional.
- (B) a Câmara dos Deputados.
- (C) o Senado Federal.
- (D) o Supremo Tribunal Federal.
- (E) o Conselho da República.

17. Um mandado de segurança decidido em única instância, por um Tribunal Superior, recebendo decisão denegatória, poderá ser levado a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal em

- (A) agravo regimental.
- (B) recurso extraordinário.
- (C) ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) recurso ordinário.
- (E) recurso de revista.

18. A participação de capital estrangeiro em estabelecimentos de seguro, nos termos da Constituição Federal,

- (A) é vedada.
- (B) é admitida incondicionalmente.
- (C) terá suas condições estabelecidas por lei complementar.
- (D) terá suas condições estabelecidas por lei ordinária.
- (E) terá suas condições estabelecidas por decreto legislativo.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

19. As concessões de direito real de uso devem ser licitadas por meio de

- (A) leilão.
- (B) tomada de preços.
- (C) convite.
- (D) pregão.
- (E) concorrência.

20. São traços distintivos entre sociedade de economia mista e empresa pública, no direito brasileiro,

- (A) criação e extinção por lei.
- (B) sujeição ao controle estatal e personalidade jurídica de direito privado.
- (C) forma de organização e composição do capital.
- (D) vinculação aos fins definidos na lei instituidora e desempenho de atividade de natureza econômica.
- (E) derrogação parcial do regime de direito privado por normas de direito público e criação por lei.

21. A fundação que celebre contrato de gestão com o órgão da Administração Direta a que se acha vinculada, para a melhoria da eficiência e redução de custos, é qualificada como:

- (A) autarquia especial.
- (B) fundação pública.
- (C) fundação privada.
- (D) agência executiva.
- (E) agência reguladora.

22. O apelo que a parte dirige à autoridade ou instância superior do mesmo órgão administrativo, pleiteando revisão do ato recorrido, denomina-se

- (A) representação.
- (B) recurso hierárquico próprio.
- (C) pedido de reconsideração.
- (D) recurso hierárquico impróprio.
- (E) reclamação.

23. Os atos legislativos, ou seja, as leis propriamente ditas (normas em sentido formal e material), ficam sujeitos a controle por meio de

- (A) mandado de segurança coletivo.
- (B) ação popular.
- (C) ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) *habeas data*.
- (E) mandado de injunção.

24. A utilização transitória, remunerada ou gratuita, de bens particulares pelo Poder Público, para a execução de obras, serviços ou atividades públicas ou de interesse público, realiza-se mediante

- (A) ocupação temporária.
- (B) desapropriação.
- (C) requisição.
- (D) servidão administrativa.
- (E) limitação administrativa.

25. A exigência de seguro-garantia nos contratos de obras, serviço e compras, prevista na Lei de Licitações, e a rescisão unilateral do contrato administrativo, são considerados

- (A) fatos da Administração.
- (B) fatos do Príncipe.
- (C) cláusulas exorbitantes.
- (D) áleas econômicas.
- (E) áleas empresariais.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

26. Assinale a alternativa correta sobre imunidade.

- (A) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e dos empregadores, das instituições de educação e de assistência social.
- (B) É vedado aos Estados e aos Municípios instituir tributos sobre templos de qualquer religião.
- (C) A imunidade recíproca é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, vinculados as suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.
- (D) A imunidade existente entre as pessoas políticas (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) é extensiva às pessoas que prestem serviços públicos remunerados por preços ou tarifas.
- (E) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir tributos sobre livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão, bem como sobre as empresas jornalísticas.

27. Assinale a alternativa correta.

- (A) A taxa é tributo vinculado cuja hipótese de incidência consiste no exercício do poder de polícia ou na utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição.
- (B) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias de caráter urgente e relevante interesse nacional.
- (C) A União, no exercício de sua competência residual, poderá cobrar taxas de serviços públicos necessários prestados aos contribuintes ou postos a sua disposição.
- (D) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir contribuições sociais de intervenção no domínio econômico, desde que não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos impostos já discriminados no texto constitucional.
- (E) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir taxas e contribuições de melhoria em virtude de obra pública justificadora da valorização imobiliária dos imóveis por ela atingidos.

28. Assinale a alternativa correta.

- (A) As leis que disponham sobre suspensão e exclusão do crédito tributário devem ser interpretadas teleologicamente.
- (B) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária não poderá utilizar a analogia para exigir tributo não previsto em lei.
- (C) A legislação tributária não poderá retroagir a fatos pretéritos.
- (D) Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária poderá utilizar, sucessivamente: os costumes, os princípios gerais de direito e a analogia.
- (E) A lei tributária poderá alterar o conteúdo e o alcance de institutos de direito privado, desde que seja para limitar as competências tributárias.

29. É correto afirmar que

- (A) a remissão do crédito tributário é sinônimo de anistia.
- (B) a isenção significa o perdão da penalidade tributária.
- (C) a União, através de lei complementar, poderá conceder isenção de impostos estaduais e municipais.
- (D) a concessão de medida liminar em mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- (E) a exclusão da obrigação principal dispensa o cumprimento da obrigação acessória correlata.

**30.** Quais dos seguintes impostos poderão ter suas alíquotas alteradas pelo Poder Executivo, desde que atendidas as condições e os limites estabelecidos em lei?

- (A) Imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza; imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre produtos industrializados e impostos extraordinários decorrentes de guerra externa.
- (B) Imposto sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados; imposto sobre a importação; imposto sobre a propriedade de veículos automotores destinados ao transporte público e imposto sobre produtos industrializados.
- (C) Imposto sobre operações de crédito e câmbio; imposto sobre a exportação de produtos nacionais ou nacionalizados; imposto sobre a importação de produtos estrangeiros e imposto sobre produtos industrializados.
- (D) Imposto sobre operações relativas a títulos ou valores mobiliários; imposto sobre a transmissão *inter vivos*, a qualquer título; imposto sobre produtos industrializados e produtos semi-elaborados.
- (E) Imposto sobre a prestação de serviços de comunicação; imposto sobre a importação de produtos estrangeiros; imposto sobre operações de seguro e imposto sobre a propriedade rural quando descumprida sua função social.

**31.** Quando o fato gerador da obrigação tributária é um negócio jurídico sob condição resolutiva, considera-se nascida a obrigação

- (A) desde o momento em que o Fisco tiver conhecimento do negócio jurídico e efetuar o lançamento tributário.
- (B) desde o momento em que o contribuinte ou responsável comunicam ao Fisco sobre a celebração do negócio jurídico.
- (C) desde o momento do implemento da condição necessária.
- (D) desde o momento da celebração do negócio jurídico, salvo disposição expressa avençada entre as partes negociantes.
- (E) desde o momento da celebração do negócio, salvo disposição de lei em contrário.

## DIREITO DO TRABALHO

**32.** Sobre o Contrato de Trabalho é correto afirmar que

- (A) se extingue na mudança da propriedade da empresa ou na alteração da estrutura jurídica do empregador.
- (B) o crédito oriundo de direito trabalhista não possui privilégio na falência.
- (C) o contrato de experiência terá prazo máximo de 90 dias.
- (D) a validade do Contrato de Trabalho depende da forma escrita.
- (E) o Contrato de Trabalho por tempo determinado terá prazo máximo de 1 ano.

**33.** Após 12 meses de trabalho, o empregado tem direito ao gozo de férias anuais de 30 dias, desde que não ocorridas faltas injustificadas no período aquisitivo. Não são consideradas faltas injustificadas

- (A) aquelas ocorridas durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva.
- (B) até 4 dias pelo falecimento do cônjuge, ascendente, colateral ou pessoa legalmente declarada como dependente.
- (C) aquelas não justificadas pela empresa, entendendo-se como tal as que tiverem o desconto do correspondente salário.
- (D) 2 dias, a cada 12 meses de trabalho, em caso de doação voluntária de sangue.
- (E) 6 dias, em caso de nascimento de filho, no decorrer da primeira semana.

**34.** As horas laboradas além da jornada normal de 8 horas, desde que não compensadas, serão remuneradas com um adicional de, no mínimo,

- (A) 30%.
- (B) 50%.
- (C) 55%.
- (D) 70%.
- (E) 110%.

## DIREITO INTERNACIONAL

**35.** Compete à Organização Mundial do Comércio (OMC), deliberar, sobre

- (A) repressão a cartéis.
- (B) abuso de poder econômico.
- (C) *dumping*.
- (D) regulamentação de mercados de capitais.
- (E) empréstimos de estrangeiros.

**36.** No glossário de Incoterms *FOB/Free on Board* significa que

- (A) o produto e a fatura devem estar à disposição do comprador no estabelecimento do vendedor.
- (B) o produto e a fatura devem estar à disposição do comprador no estabelecimento do vendedor.
- (C) as obrigações do vendedor encerram-se ao colocar a mercadoria, já desembaraçada para exportação, no cais, livre, junto ao costado do navio.
- (D) o vendedor deve entregar a mercadoria, desembaraçada, a bordo do navio indicado pelo comprador, no porto de embarque.
- (E) o vendedor deve entregar a mercadoria no porto de destino escolhido pelo comprador.

**37.** Os tratados, convenções e atos internacionais firmados pelo Presidente da República, de acordo com o art. 84 da Constituição Federal,

- (A) necessitam de referendo do Congresso Nacional.
- (B) necessitam de referendo do Senado Federal.
- (C) necessitam de referendo da Câmara dos Deputados.
- (D) não necessitam de referendo posterior.
- (E) necessitam de referendo do STF.

**38.** O elemento de conexão aplicável para os bens imóveis, de acordo com a legislação brasileira, é

- (A) o domicílio do proprietário.
- (B) a nacionalidade do proprietário.
- (C) o local da situação dos bens.
- (D) o local de residência do proprietário.
- (E) o local da execução do contrato.

**39.** A classificação oriunda das escolas estatutárias para a formação do elemento de conexão, até hoje mantida pela doutrina francesa, divide-se nas seguintes categorias:

- (A) estatuto pessoal regido pela lei nacional, estatuto real regido pela lei da situação de bens, fatos e atos jurídicos submetidos à lei do local de sua ocorrência ou à lei escolhida pelas partes.
- (B) estatuto real regido pela lei nacional, estatuto pessoal regido pela lei da situação dos bens, fatos e atos jurídicos submetidos à lei local de sua ocorrência ou à lei escolhida pelas partes.
- (C) estatuto do domicílio e da nacionalidade.
- (D) estatuto da residência e da nacionalidade.
- (E) estatuto do local da execução do contrato e nacionalidade.

**40.** Os principais critérios do Direito Internacional Privado, na determinação da nacionalidade da Pessoa Jurídica são:

- (A) critério do controle e critério da livre opção.
- (B) critério da incorporação, critério das sede social e critério do controle.
- (C) critério da residência e critério do domicílio.
- (D) critério da auto-definição e critério do domicílio.
- (E) critério da escolha e critério da residência.

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

41. No Microsoft PowerPoint, o PowerPoint Viewer

- (A) permite exibir uma apresentação num computador que não tenha o PowerPoint instalado.
- (B) permite visualizar os *slides* como serão apresentados em tela cheia.
- (C) é um recurso para apenas visualizar a transição dos *slides* e seus efeitos de animação.
- (D) é um recurso para visualizar uma apresentação em modo miniatura, antes de abrir um arquivo de extensão “.ppt”.
- (E) é um recurso que deve ser instalado para permitir a visualização de vídeos (arquivos de extensão “.avi”).

42. Sobre o Microsoft PowerPoint, considere as seguintes afirmações:

- I. São modos de exibição do conteúdo de uma apresentação: estrutura de tópicos; apresentação de *slides*; classificação de *slides*; *slides*.
- II. É possível predefinir intervalos de tempo para cada *slide* e registrar os intervalos de tempo num ensaio de apresentação.
- III. Para transportar uma apresentação de *slides* para um outro computador, pode-se usar o “Assistente para viagem” para compactar a apresentação.
- IV. Todos os *slides* de uma apresentação seguem sempre um modelo definido pelo “*slide* mestre”.
- V. Uma apresentação pode ser impressa nos formatos de *slides*, folhetos, anotações e estruturas de tópicos.

São verdadeiras apenas as afirmações

- (A) I e II.
- (B) I, II e V.
- (C) III, IV e V.
- (D) I, II, III e IV.
- (E) I, II, III e V.

43. Leia as afirmações a seguir, sobre o Microsoft Word 2000.

- I. O verificador ortográfico sinaliza erros, sem sugestões de gramática e reescritura para a língua portuguesa.
- II. Enquanto um texto é digitado, ele pode ser verificado do ponto de vista ortográfico e gramatical, sendo marcados os possíveis erros com sublinhados ondulados.
- III. O recurso AutoCorreção permite a correção de erros ortográficos e gramaticais com a necessidade de confirmação a cada correção.
- IV. Pode-se verificar a ortografia e gramática do texto em outro idioma, sendo este detectado automaticamente e para ele são ativadas as ferramentas de ortografia e gramática corretas.

Estão corretas apenas as afirmações

- (A) I e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, II e III.
- (D) II e IV.
- (E) III e IV.

44. Sobre os cabeçalhos e rodapés no Microsoft Word 2000, considere as seguintes afirmações:

- I. Eles aparecem apenas no modo de exibição de *layout* de impressão e em documentos impressos.
- II. Eles são exibidos quando um documento é salvo como uma página da Web.
- III. Pode-se utilizar cabeçalhos e rodapés diferentes em páginas ímpares e pares ou em uma parte de um documento.
- IV. Eles podem incluir texto ou elementos gráficos, mas não permitem a inclusão de tabelas.

São verdadeiras as afirmações

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.



45. A figura abaixo apresenta itens de uma área de trabalho do Windows:



Cada um dos quatro itens é denominado, respectivamente, de

- (A) pasta, diretório, aplicação e arquivo.
- (B) diretório, atalho para arquivo, aplicação e arquivo.
- (C) pasta, atalho para pasta, arquivo e atalho para aplicação.
- (D) diretório, aplicação, atalho para arquivo e atalho para pasta.
- (E) pasta, atalho para pasta, arquivo e atalho para arquivo.

46. Em relação à Lixeira da Área de Trabalho do sistema operacional *Windows*, pode-se afirmar que

- (A) contém arquivos excluídos de discos rígidos e flexíveis que podem ser recuperados.
- (B) armazena pastas e arquivos excluídos dos discos rígidos.
- (C) é esvaziada automaticamente quando o computador é desligado.
- (D) é esvaziada automaticamente quando a sua capacidade de armazenamento se esgota.
- (E) contém pastas excluídas de discos rígidos que não podem ser restauradas.

47. Quando se seleciona uma coluna de uma planilha Excel e se executa sua ordenação, são ordenados

- (A) apenas os valores não numéricos da coluna selecionada, sem alteração das demais colunas.
- (B) todos os valores numéricos presentes em todas as colunas da planilha.
- (C) apenas os valores da coluna selecionada, sejam ou não numéricos, sem alteração das demais colunas.
- (D) apenas os valores numéricos da coluna selecionada, sem alteração das demais colunas.
- (E) os valores presentes em todas as colunas da planilha, sejam ou não numéricos.

48. O comando utilizado quando se têm planilhas muito grandes no Excel e se deseja manter algumas linhas ou colunas sempre visíveis, quando há o deslocamento para qualquer parte da planilha, é

- (A) Janela – Congelar Painéis.
- (B) Ferramentas – Proteger.
- (C) Inserir – Quebra de Página.
- (D) Dados – Classificar.
- (E) Exibir – Cabeçalho e Rodapé.

49. No uso de um correio eletrônico, os termos em inglês utilizados para as seguintes quatro ações:

1. responder a uma mensagem recebida;
2. encaminhar uma mensagem recebida a outra(s) pessoa(s);
3. anexar um arquivo à mensagem;
4. enviar uma nova mensagem,

são, respectivamente,

- (A) *forward*, *attach*, *reply* e *send*.
- (B) *forward*, *reply*, *attach* e *send*.
- (C) *forward*, *reply*, *send* e *attach*.
- (D) *reply*, *forward*, *attach* e *send*.
- (E) *reply*, *forward*, *send* e *attach*.

50. O lado cliente do serviço WWW (World Wide Web) é o programa denominado *browser*. São exemplos de *browsers*:

- (A) Apache e Internet Explorer.
- (B) Apache e Netscape Navigator.
- (C) BBS e Internet Explorer.
- (D) BBS e Netscape Navigator.
- (E) Internet Explorer e Netscape Navigator.

## INGLÊS

Leia o texto e responda as questões de números **51 a 60**.

### IFC may give Brazil more

*The World Bank arm could step up loans by “neutralizing” foreign exchange risk*

The International Finance Corporation (IFC), an arm of the World Bank which finances projects in the private sector, may soon step up loans to Brazil. “I am happy because the IFC has some hundreds of thousands of dollars available [for Brazil],” Bernard Pasquier, IFC’s soon-to-be director for Latin America and Caribbean, told *Gazeta Mercantil* in an interview. “Brazil will now need the IFC more than it did in the last two years,” he added. Pasquier is due to take office in September.

More financing to Brazil, IFC’s second biggest beneficiary after Argentina, will be made possible after the international organ develops financial products to neutralize foreign exchange risk.

The IFC has outstanding loans to Brazil of some \$1.217 billion by June 2000, or an amount that had reached IFC’s limit for Brazil exposure. In the last fiscal year which ended in June, IFC took part in ten smaller-scale projects worth a total \$182.7 million.

The IFC acknowledges that a slower US economy and reduced liquidity in international markets are the main factors putting the brakes on investments in developing countries. However, Pasquier says the IFC could step up financing in times like this. “The IFC is known to react the opposite way normal investors do,” he said. “When most people leave the market, that’s when our appetite grows. Brazil will continue to be one of our priorities.” He added that IFC loans were longer in term compared to those by private banks, and for that reason, “difficult times could be good for the IFC.”

Source: IFC

Loans to Brazil	
(of a total \$1.217 b by June 2000)	
Sector	(in %)
Food and Agribusiness	20
Infrastructure	14
Chemical and Petrochemical products	14
Industry	9
Wood, paper and pulp	7
Services	6
Vehicles and autoparts	6
Mining	6
Cement and construction material	6
Others	12

(GAZETA MERCANTIL International Weekly Edition Sept. 3 to 9, 2001)

#### 51. The International Finance Corporation

- (A) is located in Latin America and Caribbean.
- (B) works exclusively with Argentina and Brazil.
- (C) controls the World Bank activities.
- (D) finances projects in the private sector.
- (E) will step up foreign currency loans to private banks.

#### 52. Bernard Pasquier

- (A) directs the World Bank.
- (B) will be IFC’s CFO (Chief Financial Officer).
- (C) will take office in Brazil and Argentina next September.
- (D) is happy to live in Brazil.
- (E) is the future IFC’s director for Latin America and Caribbean.

#### 53. IFC’s first beneficiary is

- (A) Brazil.
- (B) Argentina.
- (C) Caribbean.
- (D) USA.
- (E) Latin America.

#### 54. Read the following passage from the paragraph 4 in the text: “When most people leave the market, that’s when our appetite grows. Brazil will continue to be one of our priorities.” The word “our” refers to

- (A) IFC.
- (B) Pasquier.
- (C) priorities.
- (D) Brazil.
- (E) appetite.

#### 55. By June 2000 IFC’s loans to Brazil

- (A) had a total of \$182.7 million.
- (B) concentrated in private banking.
- (C) had an unpaid total of \$1.217 billion.
- (D) had already neutralized foreign exchange risk.
- (E) were less competitive than in private banks.

#### 56. The IFC

- (A) has already diminished foreign exchange risk.
- (B) has longer loan terms than the private banks.
- (C) confirms that reduced liquidity is good for developing countries.
- (D) usually reacts according to their normal investors.
- (E) needs Brazil more now than two years ago.

#### 57. According to the Chart “Loans to Brazil”, choose the correct assertion.

- (A) Food and agribusiness got the least.
- (B) Chemical and petrochemical products got less than the mining sector.
- (C) Cement and construction material got the same as vehicles and autoparts.
- (D) Infrastructure got twice as much as the chemical and petrochemical sector.
- (E) Wood, paper and pulp got half the amount food and agribusiness did.

58. "IFC may soon step up loans in Brazil" means that IFC

- (A) can increase loans in Brazil.
- (B) reduced investments in Brazil.
- (C) surely will give advancement to Brazil.
- (D) will keep the loans in Brazil at the same level.
- (E) will keep track of the loans in Brazil.

59. The word "However" in "However, Pasquier says the IFC could step up financing in times like this" (paragraph 4) can, without changing its meaning, be substituted for

- (A) Therefore.
- (B) Because.
- (C) For example.
- (D) Moreover.
- (E) In spite of this.

60. According to the text, one of the two main factors that diminished investments in developing countries is

- (A) the foreign exchange risk.
- (B) the limit for Brazilian exposure.
- (C) that most people are leaving the market.
- (D) the reduced liquidity in international markets.
- (E) that private banks ceased investments.

#### ESPANHOL

53. Según la opinión de los críticos de los bancos,

Lea atentamente el texto a continuación y conteste de la pregunta 51 hasta la 54.

#### EL LÍO DE LAS TASAS

Revive el debate por el costo de los créditos que otorgan las entidades financieras. ¿Qué hay en el fondo de este nuevo 'round' entre banqueros y gobierno?

Hace dos semanas el ministro de Desarrollo, Eduardo Pizano, llamó la atención del país sobre un hecho aritmético muy sencillo pero de grandes implicaciones económicas y políticas. Quien se acerca a un banco a solicitar, por ejemplo, un crédito de consumo, debe pagar una tasa cercana al 33 por ciento. Ese mismo banco, sin embargo, a la hora de remunerar los depósitos de los ahorradores apenas reconoce una tasa que se acerca al 12 por ciento. La diferencia, 21 puntos, es lo que se conoce como el margen de intermediación financiera, que no es otra cosa que la remuneración que reciben los bancos por los servicios que prestan.

Aunque podría considerarse un tecnicismo financiero reservado para las discusiones de los entendidos, el margen de intermediación se ha convertido en objeto de una acalorada discusión pública en el país. La queja de muchos usuarios y de algunos miembros del gobierno es que los bancos están cobrando unas tasas excesivamente altas por los créditos que otorgan. Algo que, en opinión de los críticos de los bancos, en nada contribuye al propósito de reactivar la economía, pues es bien sabido que una condición indispensable para que ésta despegue es que el crédito vuelva a fluir a las empresas y los hogares.

(Adaptado de *Revista Nación*, Colombia, septiembre de 2001.)

51. En cuanto al tipo de préstamo mencionado en el texto, su tasa es

- (A) superior al 33%.
- (B) inferior al 33%.
- (C) exactamente de 33%.
- (D) de aproximadamente 33%.
- (E) del 12% al 33%.

52. La remuneración de los depósitos citada en el texto se refiere a

- (A) cuentas de ahorro.
- (B) cuentas corrientes.
- (C) acciones del banco.
- (D) fondos de inversión.
- (E) cualquier inversión.

- (A) los bancos colombianos están cobrando tasas muy altas.
  - (B) las alzas en las tasas de los créditos perjudican la reactivación de la economía.
  - (C) las altas tasas contribuyen para la inflación de la economía.
  - (D) las tarifas en los préstamos concedidos son excesivas.
  - (E) con la disminución de las tarifas bancarias habrá más préstamos.
- 

54. Las expresiones “sencillo”, “se ha convertido” y “despegue” podrían sustituirse, según el sentido del texto y respectivamente, por:

- (A) complicado - se ha transformado - crezca
  - (B) difícil - se ha fijado - evolucione
  - (C) simple - se ha transformado - evolucione
  - (D) simple - se ha vuelto - disminuya
  - (E) complicado - se ha fijado - disminuya
- 

Lea el texto a continuación y conteste a las preguntas 55 y 56.

#### **Córdoba: De la Sota juró la nueva Constitución**

El gobernador de Córdoba, José Manuel de la Sota, juró ayer la nueva Constitución provincial y se insinuó como presidenciable para el 2003. La reforma redujo a la mitad la cantidad de legisladores; además, achicó el gasto político legislativo y consolidó la hegemonía institucional del oficialismo. Otra vez, no hubo representantes de la oposición en la sesión. Entre los invitados estuvo el senador menemista Eduardo Bauzá. Luego, De la Sota encabezó un acto con la presencia de unas 2.000 personas.

(Extraído de *Diario Clarín*, Argentina, septiembre de 2001.)

55. La reforma en el sistema administrativo de la provincia argentina de Córdoba, con la toma de posesión del Sr. De la Sota,
- (A) ha consolidado la hegemonía institucional del oficialismo a pesar del aumento del gasto con el legislativo.
  - (B) ha reducido a la mitad el número de legisladores, aunque haya aumentado el gasto político.
  - (C) ha consolidado la hegemonía institucional del oficialismo aun con la reducción de los legisladores.
  - (D) ha reducido a la mitad el número de legisladores, además de haber disminuido el gasto legislativo.
  - (E) ha disminuido a la mitad el número de legisladores y encima ha conseguido mantener el mismo gasto político.
56. La forma del verbo “haber” (hubo) que aparece en el texto, podría sustituirse, en el caso de que el verbo fuera el “estar”, por
- (A) estuvo
  - (B) estuvieron
  - (C) ha estado
  - (D) estuve

(E) estuvimos

---

### Reubicación rápida en Nueva York

"En los próximos días, todo el mundo podrá tener ya su nueva ubicación", dijo Raymond O'Keefe, director de Grubb & Ellis. En este momento, los únicos escollos que todavía quedan para que una empresa empiece a operar en una nueva ubicación son las comunicaciones y las funciones informatizadas, explicó O'Keefe. Además de las torres gemelas, los edificios destruidos son 4, 5, 6 y 7 World Trade Center. One Liberty Plaza sufrió un derrumbe parcial. Entre los edificios con daños se cuentan tres del World Financial Center, 1 Bankers Trust Plaza, 140 West St., 90 Church St. y 195 Broadway.

(Adaptado de *Diario Clarín*, Argentina, septiembre de 2001.)

57. Con respecto al texto Reubicación rápida, el director de la empresa Grubb & Ellis dice que en los próximos días, las empresas

- (A) tendrán nuevas perspectivas para un futuro cercano.
- (B) van a tener que reorganizarse y revisar sus objetivos.
- (C) tendrán nuevas metas profesionales que alcanzar.
- (D) podrán presentar nuevas funciones informatizadas.
- (E) podrán tener nuevas direcciones para operar.

---

58. Basándose en el texto Reubicación rápida, las palabras "escollo", "todavía" y "quedan" significan, respectivamente:

- (A) dificultad – aún – permanecen
- (B) escombros – aun – hay
- (C) desecho – encima – permanecen
- (D) obstáculo – encima – hay
- (E) escombros – aún – hay

Lea atentamente el texto a continuación y conteste a las preguntas 59 y 60.

### "Camino a casa" aborda la relación del país nórdico con la Alemania nazi

El islandés Ólafur Ólafsson acaba de publicar en España "*Camino a casa*" (RBA), una novela traducida ya a varios idiomas que narra el viaje de regreso de una mujer, Dís, a Islandia tras pasar muchos años en Inglaterra. El libro, del que la productora norteamericana Palomar Pictures ha comprado los derechos para el cine, es una excelente ocasión para acercarse a una literatura poco conocida en nuestro país. En la novela, Ólafsson aborda el escabroso asunto de las relaciones de Islandia con la Alemania nazi. En "*Camino a casa*", explica Ólafsson, "Dís cierra el ciclo entre pasado y presente y recupera la paz. Al principio del libro dice que ha planeado este viaje muchas veces y que siempre lo ha aplazado; esta vez, no. En este sentido, la novela relata un viaje heroico en el que una mujer se enfrenta a su pasado".

Uno de los temas de la novela, las relaciones de Islandia con la Alemania nazi, suele pasarse por alto en su país. "A veces olvidamos que en Islandia hubo gente que simpatizó con los nazis. Desde Alemania se contemplaba a Islandia con una luz romántica, como un lugar de puros arios. Cuando, durante la II Guerra Mundial, las tropas británicas se instalaron allí, parece que se adelantaron por unas semanas a los planes alemanes. Islandia no fue independiente hasta 1944, y hasta entonces dependía de Dinamarca, que ya estaba ocupada por Alemania".

(Adaptado de *El País*, España, septiembre de 2001.)

59. "Camino a Casa", según las declaraciones de su autor, es

- (A) una obra cuya protagonista es una mujer que solía aplazar el regreso a su tierra.
- (B) una telenovela islandesa ya doblada en varios idiomas.
- (C) un libro que cuenta la historia de Dísá y su vuelta a Inglaterra.
- (D) una película cuyos derechos fueron comprados por una productora estadounidense.
- (E) una obra que habla del apoyo islandés a la Alemania nazista.

---

60. El principal tema abordado en "Camino a Casa" es

- (A) el refugio de alemanes en lugares altos de Islandia.
- (B) la independencia de Islandia, en el año de 1944.
- (C) las relaciones germanoislandesas en la época del nazismo.
- (D) la ocupación alemana en países como Dinamarca.
- (E) la instalación de tropas británicas en Islandia.

## DISCURSIVAS

### DIREITO INTERNACIONAL

1. "A ação intentada no estrangeiro, para haver indenização por infração contratual, contra empresa domiciliada no país, pode ser objeto de comissão rogatória sem ofensa à ordem pública, por não compreendida na competência exclusiva da justiça brasileira (art. 89 do CPC) mas na sua competência concorrente com a justiça estrangeira" (STF, rel. Min. Rafael Mayer).  
Qual dos grandes princípios do direito internacional privado está embasando este julgado?

### DIREITO TRIBUTÁRIO

2. O Estado de Goiás, através de lei, institui a incidência do ICMS sobre o envio de produtos industrializados destinados ao exterior. Ressaltando-se que referida cobrança do imposto respeitou o princípio da anterioridade, conforme dispositivo constitucional, pergunta-se:
- a) Essa tributação está em consonância com o disposto na Constituição Federal?
  - b) Em caso afirmativo, justifique a tributação.
  - c) Em caso negativo, justifique a não incidência.

### **DIREITO COMERCIAL**

3. Em ação de falência, foi desacolhido o pedido de atualização de quantia depositada judicialmente em instituição bancária, mediante aplicação de índices adotados regularmente, para atualizações de depósitos comuns, sob o fundamento de que o banco não participa do concurso de credores e somente por ação própria poderia ser obrigado a fazer ou deixar de fazer algo. Em face do exemplo dado, considere a conduta do banco quanto à atualização dos valores; a condição de depositário dos valores; a responsabilidade eventualmente existente e a existência ou não existência de locupletamento sem causa.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

4. Realizada uma licitação pela Administração Pública, a empresa contratada não consegue cumprir o prazo de entrega de determinada mercadoria. Pode essa empresa pedir e obter a prorrogação desse prazo? Se a Administração conceder esse prazo haverá ofensa ao direito de igualdade dos demais licitantes? Existe alguma medida administrativa e/ou judicial de que se poderão valer os demais licitantes? A resposta deve ser objetiva e juridicamente fundamentada.

### **DIREITO CIVIL**

5. X, estando de mudança para o exterior e não podendo retornar ao Brasil, em pouco tempo, deseja vender um imóvel de sua propriedade que Y quer comprar. X e Y, entretanto, não pretendem que a alienação se faça por meio de um terceiro, como procurador de X. De que modo Y poderá contratar consigo mesmo e que requisitos deverá preencher o instrumento adequado?

